

SUMÁRIO

Agradecimentos	15
Introdução.....	17
Prefácio.....	23
Abreviaturas e Denominações de Leis.....	25
PARTE I – BASES DO DIREITO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	29
1. Surgimento e Desenvolvimento.....	31
1.1. As Normas Internacionais.....	31
1.1.1. Normas Internacionais Gerais para a Infância e Juventude.....	32
1.1.2. Normas Internacionais de Caráter Socioeducativo	35
1.1.3. Normas Internacionais sobre Temas Específicos.....	41
1.1.4. Normas Internacionais Regionais	43
1.1.5. Normas Humanitárias	43
1.2. A Normatividade Contemporânea: O Sistema Jurídico da Infância e de Juventude e os Subsistemas Protetivo e Socioeducativo.....	45
2. O Desenvolvimento do Direito da Infância e da Adolescência no Brasil	49
2.1. A Fase do Não Reconhecimento.....	49
2.2. A Fase da Percepção da Situação Jurídica de Crianças e Adolescentes....	51
2.2.1. A Ação Assistencial-caritativa.....	52
2.2.2. Tratamento Penal Indiferenciado.....	52

2.2.3. Crianças Escravizadas: Índias e Negras.....	53
2.2.4. A Transição para a Fase Tutelar.....	55
2.3. A Fase Tutelar	56
2.3.1. O Código de 1927.....	57
2.3.2. O Código de 1979.....	61
2.4. A Fase Garantista	63
3. Interpretação do Direito da Infância e da Juventude.....	71
3.1. Método Teleológico de Interpretação e Direito da Infância e da Juventude	72
3.2. Os Fins Sociais do Direito da Infância e da Juventude.....	74
3.3. A Proteção Integral	76
3.3.1. Fundamentos da Doutrina da Proteção Integral	76
3.3.2. Natureza da Proteção Integral	79
3.4. Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento	79
3.5. Vulnerabilidade.....	81
3.6. As Exigências do Bem Comum	85
3.7. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.....	86
3.7.1. A Inclusão nos Direitos Fundamentais em Expansão.....	86
3.7.2. Crianças e Adolescentes como Sujeitos de Direitos.....	87
3.8. Interdisciplinaridade	88
4. Os Princípios Gerais do Direito da Infância e da Juventude	93
4.1. As Divisões do Direito da Infância e da Adolescência	93
4.1.1. Direito Protetivo em Sentido Amplo e em Sentido Estrito.....	94
4.1.2. Direito Socioeducativo.....	95
4.1.3. Direito Repressivo da Infância e da Juventude	96
4.2. A Principiologia Adequada para o Direito da Infância e da Juventude	96
4.3. O <i>Status</i> de Sujeito de Direitos: Pressuposto para a Aplicação dos Princípios.....	98
4.4. Princípio da Proteção Integral	99
4.5. Princípio do Interesse Superior da Criança e do Adolescente	100
4.6. Princípio de Prioridade Absoluta.....	102
4.6.1. O Tempo e a Prioridade Absoluta.....	103
4.6.2. Tempo Adulto e Tempo Infante-adolescente	104
4.6.3. Prioridade Absoluta e o Princípio da Razoável Duração do Processo.....	106
4.7. Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento	107
4.7.1. Conteúdo	107
4.7.2. O Desenvolvimento Integral	108
4.8. Princípio de Efetividade.....	109

4.9.	Princípio de Prevenção	111
4.9.1.	Risco	111
4.9.2.	O Risco e sua Avaliação para Crianças e Adolescentes	112
4.9.3.	Prevenção e Prevenção	114
5.	Sujeitos Protegidos no Direito da Infância e da Juventude.....	121
5.1.	Criança e Adolescente.....	122
5.2.	Os Jovens entre 18 e 21 Anos de Idade	123
5.3.	A Criança na Primeira Infância.....	124
5.4.	Proteções Jurídicas Especiais	125
5.4.1.	Crianças e Adolescentes com Deficiência	126
5.4.2.	Adolescente Trabalhador e Trabalho Infantil.....	127
5.4.3.	Adolescente que Praticou Ato Infracional	131
5.4.4.	Criança e Adolescente Vítimas e Testemunhas de Violência.....	133
5.4.5.	Criança e Adolescente em Acolhimento Institucional	134
5.4.6.	Criança e Adolescente Expostos a Entorpecente e Drogas Afins.....	134
6.	Entidades Protetoras no Direito da Infância e da Adolescência.....	141
6.1.	As Entidades Protetoras na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	141
6.2.	Família	142
6.2.1.	Tipos de Família no Estatuto da Criança e do Adolescente	143
6.2.2.	O Poder Familiar: Um Poder-dever-função Protetivo	147
6.2.3.	A Proteção Especial para a Família	152
6.2.4.	Agentes Protetores e Protegidos na Família	153
6.3.	Sociedade em Geral.....	165
6.3.1.	Mulheres	166
6.4.	Comunidade.....	168
6.4.1.	A Família como Comunidade	169
6.4.2.	Comunidades Indígenas e Remanescentes de Quilombos.....	169
6.4.3.	A Comunidade e a Medida Socioeducativa	170
6.4.4.	Programas de Acolhimento Familiar ou Institucional e Comunidade	172
6.4.5.	Grupos Comunitários de Apoio.....	172
6.5.	Poder Público e Sistema de Justiça.....	173
6.5.1.	Poder Judiciário: A Justiça da Infância e da Juventude.....	175
6.5.2.	Ministério Público	188
6.5.3.	Advogado	195
6.5.4.	Defensorias Públicas.....	197
6.5.5.	Polícias.....	199
6.5.6.	Autoridades Centrais.....	200

7.	Agentes Protetores Políticos	207
7.1.	O Conselho Tutelar	208
7.1.1.	O Funcionamento do Conselho Tutelar	209
7.1.2.	O Conselheiro e a Formação do Conselho	211
7.1.3.	Os Deveres Protetivos Específicos do Conselho Tutelar	214
7.1.4.	A Perda do Cargo e a Suspensão das Funções de Conselheiro....	226
7.2.	Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCAs)	227
7.3.	Entidades de Atendimento	229
7.3.1.	Dirigentes e Agentes das Entidades de Atendimento.....	231
7.3.2.	Os Poderes Emergenciais de Acolhimento das Entidades de Acolhimento Institucional.....	233
PARTE II – DIREITOS FUNDAMENTAIS.....		237
8.	Direito Fundamental à Vida e à Saúde	241
8.1.	Proteção Antecipada à Vida e à Saúde: Direito Fundamental à Gestação Humanizada e Saudável.....	241
8.2.	Direito ao Parto Humanizado	242
8.3.	Direito à Vida e à Saúde do Recém-nascido	243
8.4.	Direito ao Registro e às Informações de Saúde.....	243
8.5.	Direito à Efetividade.....	244
8.6.	Direito à Vida e à Saúde e Direito à Convivência	245
8.7.	Direito a Não Sofrer e a Estar a Salvo de Qualquer Forma de Violência.....	246
8.7.1.	Os Tipos de Violência.....	247
8.7.2.	Os Direitos e Garantias Previstos na Lei nº 13.431/2017.....	248
8.7.3.	Revitimização	250
8.7.4.	Revelação da Violência	252
8.7.5.	Escuta Especializada e Depoimento Especial	253
8.7.6.	A Lei nº 13.431/2017: Crítica	260
8.7.7.	Dever de Notificação Obrigatória.....	262
8.8.	Saúde e Prevenção.....	263
8.8.1.	Saúde Preventiva	263
8.8.2.	Saúde Preventiva e Direito da Infância e da Adolescência	265
9.	Direito Fundamental à Alimentação.....	273
9.1.	Direito ao Aleitamento Materno	274
9.2.	Alimentação na Infância	276
9.3.	Alimentação na Adolescência.....	277
9.4.	Alimentação: Um Direito Fundamental Incompreendido e sem Planejamento	278
9.5.	Incumbência.....	279

10. Direitos Fundamentais à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade.....	283
10.1. Direito Fundamental à Liberdade.....	284
10.1.2. Direito à Opinião e à Expressão	287
10.1.3. Crença e Culto Religioso	288
10.1.4. Brincar, Praticar Esportes e Divertir-se	288
10.1.5. Participar da Vida Familiar e Comunitária, sem Discriminação.....	289
10.1.6. Participar da Vida Política, na Forma da Lei.....	290
10.1.7. Buscar Refúgio, Auxílio e Orientação	290
10.2. Direitos Fundamentais ao Respeito e à Dignidade	292
10.2.1. Os Direitos Fundamentais ao Respeito e à Dignidade no ECA e na Lei nº 13.431/2017.....	293
10.2.2. Respeito, Dignidade e Direito a ser Educado e Cuidado sem Violência	294
10.2.3. Consequências.....	296
10.3. Liberdade, Respeito, Dignidade e Ponderação de Interesses	297
10.4. Direito Fundamental à Igualdade	297
11. Direito Fundamental à Convivência Familiar e Comunitária.....	303
11.1. Princípios.....	304
11.1.1. Princípio da Preferência da Família da Criança ou do Adolescente	304
11.1.2. Princípio da Excepcionalidade da Convivência em Família Substituta	305
11.1.3. Princípio da Prevalência da Família Natural.....	307
11.2. Ultraexcepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar	308
11.3. Direito à Convivência Familiar e Privação de Liberdade.....	310
11.4. O Reconhecimento do Estado de Filiação	312
11.5. Direito à Convivência Comunitária.....	315
12. Direito Fundamental à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer	321
12.1. Educação Escolar	322
12.1.1. Normas Jurídicas Regentes da Educação Escolar	323
12.1.2. A Efetividade das Normas Jurídicas sobre Direito Fundamental à Educação.....	327
12.1.3. Do Princípio de Colaboração dos Entes Federados	328
12.2. Cultura, Esporte e Lazer	329
12.3. Educação Especial.....	332
12.3.1. Educação Escolar Especial	334
12.3.2. Crianças e Adolescentes com Deficiência e Sistema Educativo Inclusivo.....	335

13. Direito Fundamental à Profissionalização e ao Trabalho Protegido	343
13.1. Proibição de Relação de Trabalho Antes dos 16 Anos.....	344
13.2. Os Tipos de Trabalhos Proibidos aos Adolescentes	346
13.3. Consequências do Trabalho Ilegal ou Proibido.....	349
13.4. A Jornada de Trabalho do Adolescente.....	350
13.5. Da Capacidade, Fiscalização e Extinção da Relação de Trabalho.....	351
13.6. O Adolescente Trabalhador com Deficiência	354
13.7. Programa Social Baseado no Trabalho Educativo	356
13.8. O Trabalho Artístico Infanto-adolescente	358
13.9. Atletas Infanto-juvenis	360
14. Direito Fundamental à Prevenção	367
14.1. Prevenção em Tema de Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos.....	368
14.2. Os Conteúdos na Internet	372
14.3. Dos Produtos e Serviços.....	374
14.4. Da Autorização para Viajar	375
PARTE III – POLÍTICAS PÚBLICAS	383
15. Aspectos Gerais das Políticas Públicas para a Infância e a Adolescência.....	385
15.1. Políticas Públicas e Princípio da Prioridade Absoluta	385
15.2. Características da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente	393
15.2.1. Pressupostos: Rede e Oferta Regular.....	394
15.2.2. Linhas de Ação das Políticas Públicas para a Infância e a Juventude.....	396
15.2.3. Diretrizes das Políticas Públicas para a Infância e a Juventude.....	403
16. Aspectos Especiais das Políticas Públicas para a Infância e a Adolescência ...	413
16.1. Políticas Públicas de Alta Prioridade: A Primeira Infância.....	414
16.2. Políticas Públicas de Acolhimento: Linhas de Ação e Diretrizes	418
16.2.1. Diretrizes para a Política Pública de Acolhimento	418
16.2.2. Acolhimento Familiar: Política Pública Preferencial em Relação ao Acolhimento Institucional	426
16.2.3. Obrigações das Entidades que Desenvolvem Programas de Internação Aplicáveis às que Desenvolvem Acolhimento	427

PARTE IV – MEDIDAS PROTETIVAS.....	433
17. Fundamentos para a Aplicação das Medidas de Proteção	435
17.1. Pressuposto: Situação de Risco.....	436
17.2. Princípios	439
17.2.1. Princípios Regentes: Princípio das Necessidades Pedagógicas e Princípio da Adequação.....	439
17.2.2. Princípios Gerais.....	440
18. Medidas Protetivas Diretas Não Restritivas de Convívio Familiar	449
18.1. Características das Medidas Protetivas Diretas Não Restritivas de Convívio Familiar.....	450
18.2. Medidas Protetivas Não Restritivas de Convívio Familiar	451
18.2.1. Encaminhamento aos Pais ou Responsável, Mediante Termo de Responsabilidade (art. 101, I, ECA)	452
18.2.2. Orientação, Apoio e Acompanhamento Temporários (art. 101, II, ECA)	453
18.2.3. Matrícula e Frequência Obrigatórias em Estabelecimento Oficial de Ensino Fundamental (art. 101, III, ECA).....	453
18.2.4. Inclusão em Serviços e Programas Oficiais ou Comunitários de Proteção, Apoio e Promoção da Família, da Criança e do Adolescente (art. 101, IV, ECA)	455
18.2.5. Requisição de Tratamento Médico, Psicológico ou Psiquiátrico, em Regime Hospitalar ou Ambulatorial (art. 101, V, ECA)	456
18.2.6. Inclusão em Programa Oficial ou Comunitário de Auxílio, Orientação e Tratamento a Alcoólatras e Toxicômanos (art. 101, VI, ECA)	456
18.2.7. Medida de Regularização do Registro Civil.....	461
19. Medida Protetiva Direta Restritiva de Convívio Familiar: Acolhimento.....	467
19.1. Aspectos Fundamentais das Medidas Protetivas de Acolhimento Institucional e Familiar	468
19.2. Diferenças entre Acolhimento Institucional e Familiar	474
19.3. O Tempo, o Acolhimento e o (Sub)desenvolvimento	475
19.3.1. Fundamentos.....	476
19.3.2. Prazos e Duração Razoável do Processo	478
20. Aspectos Gerais da Medida Protetiva de Colocação em Família Substituta ...	483
20.1. Os Pressupostos ou Elementos Constitutivos da Família, a Preparação e a Busca por uma Família Substituta	484
20.2. Critérios para Integração em Núcleo Familiar	486

20.3. Da Preponderância do Critério Subjetivo de Relação:	
Afeto e Afinidade.....	489
20.4. Colocação de Criança ou Adolescente Indígena ou Quilombola em Família Substituta.....	490
20.5. O Compromisso da Família Substituta com a Proteção Integral.....	493
21. Espécies de Medidas Protetivas de Colocação em Família.....	499
21.1. Guarda.....	500
21.2. Tutela.....	503
21.3. Adoção.....	511
21.3.1. Disciplina Legal, Conceito, Natureza e Características.....	511
21.3.2. Princípio da Isonomia Filial.....	512
21.3.3. O Princípio do Melhor Interesse na Adoção.....	513
21.3.4. Pressupostos.....	514
21.3.5. Requisitos e Vedações para a Adoção.....	517
21.3.6. Situações Particulares.....	519
21.3.7. Cadastro.....	523
21.3.8. Estágio de Convivência.....	528
21.3.9. Direito à Informação.....	529
21.3.10. Adoção Internacional.....	531
22. Medidas que Recaem sobre Adultos e Instituições.....	539
22.1. Medidas Aplicáveis aos Pais ou Responsável.....	539
22.1.1. Medidas Pertinentes Aplicáveis aos Pais ou Responsável pelo Conselho Tutelar e pelo Juiz.....	541
22.1.2. Medidas Pertinentes Aplicáveis aos Pais ou Responsável de Competência Exclusiva do Juiz de Direito da Infância e da Adolescência (art. 129, VIII a X, ECA).....	543
22.2. Medidas Aplicáveis ao Poder Público, seus Agentes e Instituições.....	554
22.3. Sociedade, Comunidade, suas Instituições e Indivíduos.....	556
22.4. As Medidas Protetivas de Urgência Previstas na Lei nº 11.340/2007 e sua Aplicabilidade em Geral.....	556
22.5. O Artigo 18-B do ECA e sua Aplicabilidade.....	558
Bibliografia.....	565
Sobre o Autor.....	581